



XXIII ENACED
ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
III SIEPEC
SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E
PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS
V ENTECI
ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO,
EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



Eixo Temático: Educação e Formação de Professores

ENSINO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA: Diretrizes para formação docente

Hildegardo Pedro Araujo de Melo¹
Erica Ramos de Albuquerque²

RESUMO

Este manuscrito apresenta diretrizes para formação inicial e continuada de professores, a fim de propiciar o desenvolvimento satisfatório do ensino de Educação Financeira na Educação Básica. Com a publicação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a Educação Financeira passou a fazer parte de uma relação de conteúdos incorporados às propostas pedagógicas de estados e municípios. Apesar dos avanços, desafios do cotidiano escolar sobrevêm e impactam a criação do ambiente de ensino e aprendizagem desta temática como tema contemporâneo e transversal. Baseado na lacuna em currículos de formação docente para ensino em Educação Financeira, são apresentadas soluções viáveis para as licenciaturas do país. Além disso, dado o contexto contingencial nos documentos curriculares, são anunciadas medidas saneadoras para modificar a condição de transversalidade do tema, tornando a Educação Financeira como conjunto essencial de conhecimento e habilidades comuns, na forma de disciplina ou conteúdo, perpassando por toda a Educação Básica.

Palavras-chave: Diretrizes. Educação Básica. Educação Financeira. Formação Docente. Transversalidade.

1 INTRODUÇÃO

A expressão “Nada é de graça!” é tão verdade na economia que não importa de qual economia se estar falando, as pessoas interagem umas com as outras enquanto levam sua vida. É nela que acontece os *tradeoffs* da vida, pois, para os consumidores conseguirem o que quer, primeiro precisam abrir mão de alguma coisa (Mankiw, 2021).

Para a escolha ótima do consumidor, o limite de sua combinação de preferência é a restrição orçamentária. Embora um modelo para descrever de que maneira as pessoas tomam decisões não seja totalmente realista, os consumidores estão cientes de que suas escolhas estão

¹ Doutorando em Ciências Contábeis pelo Programa de Doutorado Profissional em Ciências Contábeis e Administração – FUCAPE Business School. É contador de formação e mestre em Controladoria pela UFRPE (hildegardomelo70@gmail.com).

² Doutorando em Ciências Contábeis pelo Programa de Doutorado Profissional em Ciências Contábeis e Administração – FUCAPE Business School. É contadora de formação e mestre em Ciências Contábeis na área de atuação de contabilidade aplicada ao setor público (ericamos_1@yahoo.com.br).



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



restritas e, dada tal restrição, fazem o melhor que podem para atingir o nível mais elevado de satisfação.

Por outro lado, existem fatores que influenciam a estabilidade da economia de um lado e o bem-estar do indivíduo do outro. Saber dos juro do cartão ou reconhecer o direito do consumidor é parte do conhecimento, mas comportamento e atitude são complementares.

Uma pesquisa que envolve decisão do consumidor revela que as famílias no Brasil convivem com endividamento e inadimplência (PEIC, 2022). No último levantamento, o crescimento do endividamento teve como responsável o uso inadequado de mecanismos de crédito. O cartão de crédito é a “porta” da oportunidade para consumidores, mas o endividamento parece não incomodar. No contrassenso da teoria, parece ser um tipo de variação de renda que afeta a escolha do consumidor, mas não é.

Quadro 1 – Endividamento das famílias brasileiras em Set/2022

Competência	Total de endividados	Dívidas ou contas em atraso	Não terão condições de pagar
Set/21	74,0%	25,6%	10,7%
Jul/22	78,0%	29,0%	10,7%
Ago/22	79,0%	29,6%	10,8%
Set/22	79,3%	30,0%	10,7%

Fonte: PEIC (2022).

Nota: Adaptado pelos autores.

Falar sobre questões financeiras ainda são um tabu no Brasil e somente ocorrem em um contexto de dificuldade, criando uma ideia equivocada sobre o tema. O caminho parece ser: Educar a maneira como o indivíduo deve se relacionar com o dinheiro para torná-lo consciente das decisões que envolvam suas economias.

A atitude e novos hábitos e a transformação do comportamento do consumidor podem ajudá-lo a valorizar o dinheiro como forma justa de utilizá-lo. Esse caminho de mudança deve começar o quanto antes e na escola, munindo crianças e jovens com conhecimento, comportamento e atitude consciente para o futuro. A falta dessa “ensinagem” (ensino e aprendizagem) pode prejudicar a formação cidadã plena do indivíduo, para um julgamento e tomada de decisão o mais favorável.

A Educação Financeira é vista como uma demanda necessária na atualidade e impõe o poder de transformar a realidade do estudante, já que está associada a mudança e melhoramento de seu comportamento.



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



É importante que pensar na educação financeira de cidadãos requer também pensar naqueles que irão transmitir os conhecimentos, ou seja, os professores (Mota, 2016, p. 17). O domínio Docente para o Ensino de Educação Financeira deve perpassar a formação inicial e aperfeiçoar-se na formação continuada. Apesar das iniciativas existentes como as citadas pelo Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF, 2017), o tema Educação Financeira não está necessariamente explícito nas diretrizes de formação do professor (disciplinas ou conteúdos), dependendo de programas/projetos para destinar a competência das habilidades.

Na procura sobre o que os professores aprendem durante sua formação, verifica-se que os docentes não recebem formação voltada a Educação Financeira, tornando incipiente a preparação do profissional para a temática.

O professor é parte integrante ao desenvolvimento deste tema contemporâneo e transversal. Apesar disso, a verdade do cotidiano escolar e formativo mostra diversos contrapontos no progresso da temática em sala de aula, cujo contexto contingencial de formação e documentos curriculares pode impactar na sua aplicabilidade para um ambiente de ensino e aprendizagem adequado.

Com base nisto, este manuscrito tem por objetivo apresentar diretrizes para a formação docente, inicial e continuada, visando propiciar o desenvolvimento da Educação Financeira na Educação Básica.

Ao reconhecer a importância desta temática na vida das pessoas, este artigo contribui para uma política da inclusão de Educação Financeira nos currículos de formação de professores do país, e para além da transversalidade da atual Base Nacional Comum Curricular – BNCC.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para avaliar o que os professores aprendem sobre Educação Financeira, realiza uma análise documental nos currículos dos cursos de licenciatura do país para medir o quanto de conteúdo é oferecido na formação inicial do professor.

Este estudo contemplou 130 cursos de licenciatura de excelência, presenciais, com nota ENADE FAIXA 5,0 (INEP, 2022) para Instituições de Ensino Superior, Universidade



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



Pública Federal. Os cursos selecionados servem de parâmetro para ilustrar o diagnóstico nacional de ausência para formação docente sobre Educação Financeira.

São cursos de excelência que atendem aos requisitos do MEC para nota máxima ENADE 5 (conceito ENADE 2021, resultado publicado em set/2022), e às exigências das diretrizes curriculares. Porém, nem as IES nem o próprio MEC avaliam como obrigatórias a temática da Educação Financeira no currículo da formação inicial do professor.

Os projetos selecionados na pesquisa contaram com a participação de Licenciaturas em Artes Visuais (2), Ciência da Computação (3), Ciências Biológicas (14), Ciências Sociais (9), Educação Física (11), Filosofia (3), Física (7), Geografia (7), História (13), Letras – Inglês (7), Letras – Português (11), Letras – Português e Inglês (5), Matemática (10), Pedagogia (18), Química (10).

A avaliação consistiu em analisar as disciplinas e/ou conteúdo nos currículos dos cursos com abordagem sobre Educação Financeira em seus conceitos dispostos. A análise observou a abordagem durante a formação inicial do professor sobre a temática Educação Financeira. O processo focou as disciplinas e/ou conteúdos trabalhados durante a formação dos professores que favoreçam o constructo de conceitos e conhecimento de educação financeira.

Figura 1 – Variáveis de conhecimento sobre Educação Financeira



Fonte: BCB (2017)

Nota: Adaptado pelos autores.



3.1 PROPOSIÇÃO E DIRETRIZES PARA O ENSINO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

3.1.1 Diretrizes para formação docente

Diante das lacunas, esta seção procura apresentar uma oportunidade de melhoria na formação do professor. As diretrizes a seguir são orientações gerais aos cursos de licenciatura com foco na preparação do profissional para o ensino da Educação Financeira:

3.1.1.1 Na Formação Inicial

Quadro 2 – Diretrizes para formação inicial

Proposta	Orientação
1)	Como primeira diretriz, a Educação Financeira deve ir além de projetos e programas, devendo-se incluir nos currículos de Licenciatura. A temática favorece um estudo interdisciplinar proposto aos licenciandos, envolvendo dimensões culturais, sociais, políticas e psicológicas, além de econômica, sobre as questões de consumo, trabalho e uso do dinheiro
2)	A aplicação do ensino de Educação Financeira, em forma de disciplina ou conteúdo, como componente curricular obrigatório, integrando as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a formação docente dos cursos de licenciatura em Matemática, Ciências, Geografia, História, Artes, Língua Inglesa e Língua Portuguesa, e eletivo para as demais licenciaturas
3)	Para as diretrizes curriculares de formação dos licenciandos, a inserção dos conhecimentos concernentes à Educação Financeira na organização dos currículos deve ocorrer da seguinte forma: a. Pela transversalidade, por meio de temas relacionados à Educação Financeira e tratados interdisciplinarmente; b. Como um conteúdo de uma das disciplinas já existentes no currículo acadêmico; c. Como disciplina na matriz curricular; d. De maneira mista, combinando transversalidade e disciplinaridade.

Nota: Dos autores

Com base nessa orientação geral, a Educação Financeira passa a ser presente na formação inicial de todos os profissionais da educação, abordada como componente curricular obrigatório dos cursos de formação de professores em Matemática, Ciências, Geografia, História, Artes, Língua Inglesa e Língua Portuguesa e eletivo para as demais licenciaturas.

3.1.1.2 Na Formação Continuada

Quadro 3 - Diretrizes para formação continuada

Proposta	Orientação
1)	A primeira orientação abraça a formação continuada como justificativa da implementação imediata da temática, considerando o lapso temporal entre o período de formação do licenciando até a entrada ao mercado de trabalho;
2)	A formação continuada deve ser oferecida pelo sistema ou instituição de ensino voltada ao professor no aprofundamento de novas didáticas e metodologias que favoreçam o desenvolvimento da Educação Financeira, assegurando um ensino de qualidade e motivador. Projetos e programas que complementem o aperfeiçoamento do tema;



3)	A formação continuada deve ser desenvolvida pela metodologia de Alternância Pedagógica (Lima, 2016), como alternativa para superação de metodologias de ensino cotidiano do professor, visando atender dois tempos formativos: Tempo/Aprofundamento, entendendo-se a formação presencial no local destinado pela instituição e Tempo/Escola, como períodos intensivos de formação com práticas pedagógicas orientadas, através de seminários de boas práticas docentes, em que os professores possam articular e expor o conhecimento adquirido e as estratégias utilizadas na sala de aula.
----	--

Nota: Dos autores

3.2 DIRETRIZES PARA CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A Base Nacional Comum deve ser recepcionada na íntegra pelos currículos do país, nesse caso, recorda a todos os currículos estaduais e municipais a necessidade de aplicação expressa da Educação Financeira, ainda que de forma transversal.

No entanto, a proposta vai além e passa a incluir a Educação Financeira que perpassa por toda a Educação Básica, vivenciada na Base Nacional Comum, como disciplina ou conteúdo (interdisciplinar). Seguem as diretrizes para currículo da educação básica:

Quadro 4 – Diretrizes para currículo na educação básica

Proposta	Orientação
1)	Obrigatoriedade de inserção de disciplina ou conteúdo de Educação Financeira nos currículos dos ensinos fundamental e médio: <ol style="list-style-type: none"> a. A disciplina Educação Financeira deve ser trabalhada no ensino fundamental, do 5º ao 9º ano, e do 1º ao 3º ano do ensino médio, em escolas públicas e particulares, com o propósito de assegurar conhecimento da educação financeira aos estudantes com conceitos relacionados à economia e finanças, endividamento, dinheiro, planejamento, orçamento, taxas de juros, inflação, aplicações financeiras (rentabilidade e liquidez de um investimento) e impostos, conforme as definições apresentadas na formação docente; b. A disciplina Educação Financeira abordará questões de acordo com a série e idade dos educandos, acontecendo a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade; c. Alternativamente, como conteúdo, a educação financeira deve ser incluída nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Artes e língua inglesa fazendo parte do currículo;
2)	De forma transversal, desde que amplamente integrada nos currículos em conexão aos componentes curriculares tradicionais. O seu espaço não pode ser apenas no que está fora do que são os componentes curriculares tradicionais;
3)	Ou ainda, em forma de projetos educativos do 5º ao 9º ano do ensino fundamental e do 1º ao 3º ano do Ensino Médio. Os projetos poderão ter a presença dos pais e colaboradores. Como exemplo, desenvolver um projeto com a disciplina de História, visando ao estudo do dinheiro e sua função na sociedade, da relação entre dinheiro e tempo, dos impostos em sociedades diversas, do consumo em diferentes momentos históricos, incluindo estratégias atuais de marketing.

Nota: Dos autores



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

**CIÊNCIA, DEMOCRACIA
E DECOLONIALIDADE:
CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política pública é medida por sua efetividade, e para que produza seus efeitos, é importante sair do papel. Esse processo dinâmico é encadeado de forma integrada e lógica, por isso, a política pública carece de maior adequação entre formuladores e implementadores.

Apesar dos esforços do próprio modelo homologado pelo MEC através da BNCC, modelo *top down* (Sabatier, 1986), não se vê espaço favorável da Educação Financeira nos currículos de estados e municípios, tão pouco, observável pelas IES para as diretrizes curriculares nacionais na formação docente. O olhar de cima para baixo pode representar o motivo de retardamento na inserção desta temática contemporânea.

As orientações apresentadas neste manuscrito aludem a necessidade do modelo *bottom up* com discussões para resolução da situação-problema, dada as lacunas percebidas nos cursos de formação, visando a implementação da Educação Financeira: a) nas diretrizes curriculares como componente curricular obrigatório dos cursos de formação docente em Matemática, Ciências, Geografia, História, Artes, Língua Inglesa e Língua Portuguesa e, de forma eletiva, nas demais licenciaturas e; b) concomitantemente, a inserção da temática nos currículos da Educação Básica como disciplina ou conteúdo (interdisciplinar), considerando seu fator para o desenvolvimento do bem-estar do indivíduo e social.

O manuscrito apresenta diretrizes aos agentes formuladores, instituições de ensino e a participação de professores e profissionais de educação, para a inclusão do ensino da Educação Financeira nos cursos de licenciatura, e ainda, perpassar pelos currículos da Educação Básica de forma obrigatória, em disciplina ou conteúdo, com vistas à promoção de uma formação cidadã plena do estudante o mais cedo possível.

REFERÊNCIAS

- BCB. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Série Cidadania Financeira: Estudos em Educação, Proteção e Inclusão**. Banco Central do Brasil – 5. Ed – Brasília: Banco Central do Brasil. [2017]. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/nor/relinconfin/serie_cidadania_financeira_pesquisa_infe_br_%200443_2017.pdf. Acesso em: 6 nov. 2023.
- BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. [2017]. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 6 nov. 2022.
- COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – CONEF. [2017]. **Deliberação n. 19, de 16 de maio de 2017**. Estabelece diretrizes para o Programa Educação Financeira nas Escolas. **Diário**



XXIII ENACED

ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

III SIEPEC

SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EM EDUCAÇÃO NAS CIÊNCIAS

V ENTECI

ENCONTRO DE DEBATES SOBRE TRABALHO, EDUCAÇÃO E CURRÍCULO INTEGRADO

CIÊNCIA, DEMOCRACIA E DECOLONIALIDADE: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

20 a 22/05/2024
Unijuí, campus Ijuí



Oficial da União, Brasília, DF, 28 fev. 2018. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/deliberacao-n-19-de-16-de-maio-de-2017-4707271>. Acesso em: 6 nov. 2023.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)**. [2022]. Disponível em <https://portal-bucket.azureedge.net/wp-content/2022/10/2f9122afa4983ec11df2de0936cb2a4a.pdf>. Acesso em: 6 nov. 2023.

ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA – ENEF. [livro eletrônico]: **Em busca de um Brasil melhor** / Claudia M. J. Forte. -- 2. ed. -- São Paulo: Riemma Editora, 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Indicadores de Qualidade da Educação Superior (Conceito ENADE 2021)**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/indicadores-de-qualidade-da-educacao-superior>. Acesso em: 6 nov. 2023.

LIMA, I M. S. Alternância pedagógica como metodologia de ensino de matemática em escolas do campo. **Anais de Encontro Nacional de Educação Matemática**. São Paulo – SP. 2016. Disponível em: http://www.sbemrasil.org.br/enem2016/anais/pdf/6422_4322_ID.pdf. Acesso em: 6 nov. 2023.

MANKIW, N. G. Introdução à Economia. São Paulo, SP: **Cengage**. 2021.

MOTA, M. N. **Literácia financeira de educadores: um estudo na rede pública do município de Sorocaba**. 98f. Dissertação (Mestrado em Controladoria Empresarial) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. 2016.

SABATIER, P. A. Top-Down and Bottom-Up Approaches to Implementation Research: A critical analysis and suggested synthesis. **Journal of Public Policy**, v. 1, n. 6, p. 21-48. 1986.